

## Ata Circunstanciada da 16ª Sessão Extraordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª  
(DÉCIMA SEXTA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.**

**INÍCIO ÀS 18H13MIN**

**TÉRMINO ÀS 18H33MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão extraordinária de 26 de setembro de 2023, nos termos do art. 120 do Regimento Interno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito aos deputados que registrem suas presenças.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 1º:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a defesa sanitária animal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 18 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a defesa sanitária animal do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 453/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e

Edificações do Distrito Federal - COE”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 453/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 463/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.171, de 1 de agosto de 2022, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 463/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.171, de 1 de agosto de 2022, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, votaremos o último item agora, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de encerrarmos esta sessão, eu gostaria de manifestar a minha preocupação em relação ao concurso para soldado da Polícia Militar, que foi judicializado no Supremo. Inclusive, 5 ministros já votaram pela suspensão do concurso.

A reivindicação das mulheres, é claro, é válida. Com certeza precisamos aumentar o número de mulheres. O que está me preocupando, senhor presidente? Quero compartilhar aqui e pedir a ajuda de V.Exa. Minha preocupação é no sentido de que eles estão votando a suspensão do concurso, mas poderiam muito bem já resolver o problema, colocando as mulheres que passaram para serem chamadas, porque estão prejudicando também os que passaram normalmente.

O que mais me preocupa é que janeiro está chegando, e, provavelmente, nós vamos perder mais de mil policiais militares. Mais de mil estão prontos para ir embora da Polícia Militar. Nesse concurso, senhor presidente, para que os candidatos novos ingressem, levará no mínimo 1 ano, porque ainda falta fazer as etapas de psicotécnico, teste físico, investigação social e o curso de formação, que é de 6 meses.

Então, temos que encampar isso, senhor presidente, porque só votar a suspensão do concurso não vai resolver. Se têm de entrar as mulheres, vamos colocá-las nas vagas que elas estão reivindicando. O que não pode é parar o concurso, como parou. Isso vai prejudicar toda a corporação e a população do Distrito Federal.

Para o senhor ter ideia, presidente, o efetivo previsto é de 18.673 homens. Nós temos, atualmente, 10.164 homens – uma defasagem de 8.509. Com o agravante de que mais de mil vão embora em janeiro, provavelmente. Devido à recomposição salarial, eles estão prontos para ir embora.

Eu faço essa fala hoje, presidente, porque a Polícia Militar necessita de celeridade neste julgamento da ADI, por conta das urgências de recomposição parcial do efetivo. Precisamos marcar uma audiência com os ministros, fazer alguma coisa.

Claro, as mulheres têm que entrar. O pleito delas tem de ser... Dez por cento para mulher é pouco, mas vamos resolver o concurso, porque há os que passaram normalmente e estão esperando. São pessoas que largaram os seus empregos, largaram os outros estados, estão desempregadas. Além disso, a própria Polícia Militar e a população necessitam com urgência da resolução dessa judicialização do concurso.

Fica aqui o meu registro, presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço, deputado Hermeto, a manifestação.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, é para ontem que se resolva essa questão. Nós pedimos até uma ação em relação a esse percentual, porque é uma polícia que cresceu muito, inclusive com inteligência, para seguir essa porcentagem.

Eu queria aproveitar a fala de V.Exa., deputado Hermeto, para dizer que a polícia – todas as polícias – tem uma questão de déficit gigantesco. Isso é real. Isso todas as polícias têm vivido. Eu fiquei chocada quando vi a quantidade, inclusive, da própria Polícia Civil, naquele projeto que V.Exa.

trouxe – talvez a pecúnia evitasse até a saída de alguns policiais civis. A questão da Polícia Militar...

Quero deixar só o registro de que pedimos aqui, também, que se dê um retorno em relação àqueles candidatos – porque eles não são policiais – que fizeram uma fala que é, no mínimo, esdrúxula em relação às mulheres.

Fizemos um requerimento de informação. A Polícia Militar até agora respondeu que estava averiguando e que iria identificar as pessoas. A minha luta é para que eles não se tornem policiais. Não são policiais, são candidatos. É bem importante colocar que eles não são policiais, que eles não representam a Polícia Militar do Distrito Federal. Eu espero que não vistam a farda, porque não é aquele tipo de homens que queremos na polícia, defendendo a sociedade, inclusive as mulheres.

Até agora não temos o esclarecimento. O concurso está na fase em que se faz prova de vida e tudo. Estão tentando identificar, e até agora não temos o retorno da Polícia Militar sobre se foram identificados. A minha luta como mulher é para que eles não vistam a farda de Polícia Militar do Distrito Federal.

DEPUTADO ROOSEVELT – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero corroborar tudo que foi dito aqui. Inclusive, vou citar um caso concreto. No Corpo de Bombeiros, nos concursos para o ingresso de novos bombeiros, não há limitador para as mulheres. No último concurso, por exemplo, 50% dos aprovados eram do sexo feminino. Fazem parte, hoje, das fileiras e da família Bombeiro Militar e desenvolvem um trabalho fantástico.

O que não pode – V.Exa., deputado Hermeto, foi muito feliz – é permanecer essa insegurança jurídica e essa instabilidade nesse processo seletivo, que já está bastante adiantado. Acho que – de forma muito clara, independentemente do que se quis dizer e independentemente da decisão, se se vai incluir um percentual maior para as mulheres ou não – isso tem que ser rápido, para que o processo ande e a Polícia Militar possa contar com mais esse efetivo.

Polícia Militar com um pouco menos de 50% de vacância. Nos Bombeiros, nós temos 6 mil na ativa, previstos 9.700 mil. Na Polícia Civil eu não sei os percentuais, mas com certeza gira em torno disso também. Talvez a deputada Doutora Jane possa falar de forma mais precisa, mas o que importa é o seguinte: nós temos a melhor polícia civil, o melhor corpo de bombeiros, a melhor polícia militar do país, mas estão sucateados. Estão sucateados. Estamos com o efetivo reduzidíssimo.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. foi presidente de sindicato e conhece como ninguém as entranhas das dificuldades das corporações. Vemos o esforço do governador Ibaneis, tanto no Corpo de Bombeiros como na Polícia Militar, na reposição, mas é um problema histórico de vários anos. Você não repõe 50% do efetivo da Polícia Militar de uma hora para a outra, há essa questão também.

O governador Ibaneis autorizou o próximo concurso do Corpo de Bombeiros. Nós estamos ansiosos, acompanhando isso e aguardando o edital sair. A expectativa de todos nós é que o edital do Corpo de Bombeiros saia até o final do ano. Inclusive, agora, dia 30, às 13 horas, no auditório da LBV, haverá um aulão, deputado Wellington Luiz, com essa turma, com os candidatos ao concurso do Corpo de Bombeiros.

Acho que essa questão do concurso para reposição das forças de segurança é imprescindível.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade, deputado Roosevelt. Nós nos colocamos à disposição para ajudar, mas quero, de fato, chamar a atenção para o que a deputada Dayse Amarilio traz aqui.

É extremamente grave quando pretensos policiais – candidatos – se manifestam de forma criminosa, atacando as mulheres. Não são pessoas como essas que nós queremos que representem o Estado. Eu, como homem, volto a dizer: eu me sinto envergonhado. Homem é homem, covarde é covarde. Um cara que se manifesta pelas redes sociais contrariando as mulheres é inaceitável mesmo. Essas pessoas não podem vestir a farda de uma das funções mais importante deste país: a Polícia Militar do Distrito Federal. Esta, digna e honrosa, não pode ter pessoas que pensam dessa maneira, até porque eles representarão o Estado em nosso nome. Eu não me sentirei representado por pessoas que pensam e agem assim.

Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO HERMETO – Presidente, só quero trazer uma informação rapidamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Hermeto, o deputado Max Maciel já está há meia hora chamando. Ele é a pessoa mais educada que há aqui.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Deputado Hermeto, V.Exa. quer complementar, então complemente.

DEPUTADO HERMETO – Quero só complementar com alguns dados que chegaram agora para mim. V.Exa. me permite?

DEPUTADO MAX MACIEL – Claro, claro.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, chegaram alguns dados agora para mim lá da DGP.

Sabe quantos policiais terão condições, nos próximos 2 anos, de irem embora, deputada Dayse Amarilio? Quatro mil policiais militares, nos próximos anos, estarão em condições de ir embora da Polícia Militar. O que será da Polícia Militar se esses policiais, ao longo desses próximos anos, forem embora? Vai ser dramático para a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A situação é muito grave, deputado, mas a ponderação da deputada Dayse Amarilio é outra, porque esses colegas...

DEPUTADO HERMETO – Esses aí já têm que ser banidos do concurso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Exatamente. Se eles entrarem agora, sairão depois, porque com esse pensamento...

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero colaborar, inclusive, com as falas que já foram trazidas aqui. O importante é que, além da questão do percentual, agora há uma coisa prática do concurso. Ele previa a correção de 3.780 redações masculinas e 525 femininas. Só que só houve 2.570 candidatos masculinos com a pontuação. Elas estão exigindo então, pelas contas, que a parte feminina que obteve a pontuação necessária esteja nas vagas do concurso, o que daria aproximadamente 325. É um problema que dá para resolver a partir do ponto fácil, que é chamar de acordo com a aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim.

DEPUTADO MAX MACIEL – Essa foi uma decisão que foi um erro, inclusive desde o início do concurso. Se a redação da parte masculina não avançou como estava programado, mas há a parte feminina que tem a pontuação necessária, obviamente é convocá-la para assumir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esse é o nosso sentimento também.

DEPUTADO MAX MACIEL – É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sem dúvida nenhuma. Muito obrigado pelas contribuições.

Precisamos fazer uma correção.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não precisa mais não?

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das seguintes proposições:

– Requerimento nº 893/2023, de autoria do Deputado Pepa, que “requer a transformação da Sessão Ordinária de 16 de novembro de 2023, em Comissão Geral destinada a debater as prerrogativas da advocacia”;

– Moção nº 399/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de Louvor e Aplausos às cidadãs, cidadãos, Instituições e Programas que se destacam por suas atuações na promoção do direito à educação, da gestão democrática, do Plano Distrital de Educação e de projetos político-pedagógicos que impactem os territórios que as escolas públicas se inserem”;

– Moção nº 400/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Militar da reserva remunerada, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação

demonstrados quando salva recém-nascida engasgada com leite materno. Fato ocorrido no dia 29/03/2023”;

– Moção nº 401/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Militar da APMB, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em ‘ATO DE BRAVURA’, quando salvou a vida de uma mulher vítima de tentativa de feminicídio. Fato ocorrido no dia 09/09/2023. Conforme REGISTRO DE ATIVIDADE POLICIAL Nº 146190-2023”;

– Moção nº 402/2023, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos Ouvidores que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da Sessão Solene em homenagem as Ouvidorias Públicas no âmbito do Distrito Federal”;

– Moção nº 403/2023, de autoria da Deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, por ocasião de sessão solene em homenagem aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde”;

– Moção nº 404/2023, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos Ouvidores que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da Sessão Solene em homenagem as Ouvidorias Públicas no âmbito do Distrito Federal”;

– Moção nº 405/2023, de autoria do Deputado Pepa, que “manifesta reconhecimento e votos de louvor ao então Soldado, hoje Cabo Eduardo Sousa Alves, Mat. 733.212/2, lotado no 14º Batalhão Planaltina-DF, morador de Planaltina, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação, demonstrados em ‘ATO DE BRAVURA’ em virtude da ocorrência na qual, juntamente com outro policial militar do estado de Goiás, logrou êxito em capturar os autores de um homicídio que aconteceu na data 02/01/2020 no módulo 25 da Estância 5, Região Administrativa de Planaltina - DF - RA VI”;

– Moção nº 406/2023, de autoria do Deputado Pepa, que “parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica em homenagem ao “Dia do Profissional de Administração”;

– Moção nº 407/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “manifesta Votos de Louvor e Aplausos às cidadãs, cidadãos e Programas que se destacam por suas atuações na promoção do direito à educação, da gestão democrática, do Plano Distrital de Educação e de projetos político-pedagógicos que impactem os territórios que as escolas públicas se inserem”.

Em discussão as moções e o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam as moções e o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e o requerimento estão aprovados com a presença de 15 deputados.

Convido todos a participarem da sessão solene de entrega do título de Cidadão Honorário ao doutor Georges, procurador-geral do Ministério Público. Ficamos muito felizes com a presença de V.Exa.

Muito obrigado, que Deus abençoe a todos!

Até amanhã se Deus quiser.

Obrigado a todos e a todas.

A deputada está me lembrando algo que é pertinente que lembremos aos demais colegas e aos assessores. É sobre a nossa reunião marcada para a próxima quinta-feira, com todos os parlamentares, às 15 horas. Vamos abrir a sessão e encerrá-la. Depois participaremos, na sala ao lado, da reunião com todos os deputados para tratar de alguns assuntos extremamente importantes para o nosso cotidiano.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h33min.)

